

*Temas Livres*

# Neoliberalismo e crise do capitalismo democrático: da abordagem econômica aos fundamentos da sociedade

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.2.10>

 **Sérgio Mendonça Benedito**

Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

E-mail: [sergiombk@gmail.com](mailto:sergiombk@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0982-4626>

219

**RESUMO:** Trabalhos recentes sobre o conceito e projeto político neoliberal ofereceram chaves para interpretações mais apuradas da atual conjuntura social, econômica e política – traduzida na crise do capitalismo democrático. O objetivo deste ensaio é explorar alguns dos principais argumentos de autores como Mirowski, Plehwe, Biebricher e Slobodian para colocá-los em diálogo com a produção recente do sociólogo Wolfgang Streeck. Com isso pretendo demonstrar que compreender o neoliberalismo em seus próprios termos propicia a superação de leituras muito concentradas no fundamentalismo de mercado e na suposta busca de um Estado mínimo. Desde a sua origem o projeto neoliberal implicava uma apropriação e direcionamento do Estado para uma certa concepção moral e social em que o mercado ocupa um lugar de destaque. Portanto, para aqueles e aquelas que visam contrapor o neoliberalismo é necessário igualmente construir um projeto político que vá além da dimensão econômica e desafie seu modelo de sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Crise da democracia; Economia política; Ideologia.

Recebido em: 22/08/2022

Aprovado em: 24/01/2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## 1 Introdução<sup>1</sup>

Desde os primeiros anos do século XXI diversos autores e autoras buscaram oferecer interpretações sobre o desenvolvimento da economia capitalista em sua fase de hegemonia neoliberal<sup>2</sup>. Como não poderia deixar de ser, ao menos no campo das Ciências Sociais, esse interesse não se restringiu aos aspectos econômicos, mas também contemplou a política democrática em um cenário de evidente retrocesso do *Welfare State* nos países do Norte e das políticas sociais no Sul global. É nesse contexto, para citar dois exemplos significativos, que são publicadas obras como aquela de Colin Crouch (2004), que tratou sobre o processo de degradação da política e a conformação da pós-democracia, e de Colin Hay (2007), que avaliou os fatores que levaram a um pervasivo desencantamento com a política, mesmo entre atores e atrizes inseridos nas instituições.

Mais recentemente, após a crise financeira mundial de 2008, esse debate acadêmico se ampliou pela consideração das crises confluentes do capitalismo e da representação democrática – como tratado previamente por este autor (Benedito, 2019). Nesse cenário, aspectos como o grande crescimento da desigualdade, a reduzida responsividade governamental em termos de políticas efetivas para a população e, conseqüentemente, a erosão do apoio público à democracia, ganharam relevo. Por um lado, como notou Andrade (2019), ocorreu um considerável esforço intelectual na definição do conceito de neoliberalismo e em análises de como ele se realiza na prática. Por outro, abordagens fundadas na economia política buscaram apreender os aspectos estruturais do processo histórico que redundou no quadro atual. No que se refere a essa segunda linha de estudos destaca-se a obra recente do sociólogo alemão Wolfgang Streeck (2017 [2014]; 2016). No entanto, observa-se um relativo distanciamento entre a literatura que tratou mais a fundo sobre o neoliberalismo, sua prática e projeto político, e o campo que se dedicou aos estudos acerca da democracia liberal contemporânea. Ou, mais especificamente, sobre como o neoliberalismo contribuiu para a crise em curso, e possíveis saídas a partir de um entendimento abrangente da conjuntura.

220

---

<sup>1</sup> Versões preliminares deste texto foram apresentadas como trabalho final na disciplina “Capitalismo e democracia: o pensamento de Wolfgang Streeck pós-crise de 2008”, ministrada pelo Prof. Dr. Hugo Fanton no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) em julho de 2020; como comunicação oral no II Fórum de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG), em dezembro de 2020; e também como comunicação oral no VII Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política (FBCP), realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em fevereiro de 2022. Neste último o trabalho foi eleito como o segundo melhor do GT 3 - Teoria e Pensamento Político, premiação pela qual agradeço ao prof. Marcelo Sevaybricker, Rodrigo Badaró e Gabriela Rosa (coordenadora/es do GT). Estendo meus agradecimentos ao prof. Hugo Fanton, aos (às) colegas de turma e de GT's pelos debates, ao prof. Everton Tibiriçá Rosa e à profa. Clarisse Goulart Paradis que realizaram comentários ao texto respectivamente no II Fórum PPGCP/UFG e no VII FBCP. Por último, mas não menos importante, agradeço ao amigo Lucas Gabriel Feliciano Costa pela leitura do texto e suas sugestões daí advindas. Eventuais limites e imprecisões são, é claro, de minha responsabilidade.

<sup>2</sup> Destaco, entre outros exemplos que podem ser levantados a partir de consulta à literatura citada neste ensaio: Duménil e Lévy (2004); Wacquant (2007); Harvey (2008); Klein (2008); Martins (2011); Dardot e Laval (2016). Indico ainda duas fontes oportunas para conhecer o debate sobre o neoliberalismo de maneira mais abrangente: Springer, Birch e MacLeavy (2016); e Cahill *et al* (2018a).

Por isso, o objetivo deste ensaio é estabelecer uma ponte entre a literatura que tratou sobre o projeto político-intelectual do neoliberalismo e os trabalhos de Streeck a respeito da crise do capitalismo democrático. Dirigindo-me a um conjunto de obras relativamente recente espero, por meio desse diálogo, feito a partir de um contraste teórico entre textos e argumentos, oferecer contribuições analíticas que auxiliem na superação de perspectivas reducionistas do neoliberalismo. Na contramão dessas últimas, em poucas palavras, rejeito a interpretação de que se trata apenas de um fundamentalismo de mercado, voltado para a instituição de mercados autorregulados e de um Estado mínimo. Como apresentarei a seguir, os intelectuais neoliberais almejavam conceber condições políticas e sociais adequadas para o funcionamento do mercado, o que não dispensou também uma certa concepção moral de sociedade. Compreender o projeto e a atuação política desses atores conduz a uma visão mais ampla sobre o estabelecimento do senso comum neoliberal e sua hegemonia na atualidade – em complemento à análise das democracias contemporâneas a partir de um referencial da economia política.

Adiante, o texto está dividido em três seções. Na primeira, trato sobre as origens e os princípios gerais do projeto neoliberal a partir de autores com produção relevante nesta linha de estudos como Biebricher (2018), Mirowski (2009), Plehwe (2009) e Slobodian (2018). Na segunda, exploro os principais aspectos da abordagem de Wolfgang Streeck sobre a crise do capitalismo democrático. Enfim, na terceira, indo além de uma abordagem estritamente voltada ao econômico, abordo a difusão do neoliberalismo em outras esferas societárias e alguns de seus fundamentos morais – com base na produção de autoras e autores como Hay (2007), Brown (2019), Dardot *et al.* (2021) e Whyte (2019). Ao final espero ter deixado evidente a pertinência de compreender o neoliberalismo em seus próprios termos para um melhor diagnóstico e prognóstico para a crise das democracias contemporâneas.

221

## 2 Neoliberalismo: intelectualidade e projeto político

A produção acadêmica sobre o neoliberalismo, como se sabe, é volumosa e seu crescimento ganhou ímpeto na passagem dos anos 2000. Se antes disso o conceito era frequentemente utilizado sem maiores preocupações quanto à definição, e como rótulo de denúncia do avanço de políticas de desmonte do Estado, privatização e austeridade, com o tempo ocorreu um maior empenho analítico voltado à interpretação do fenômeno nas sociedades contemporâneas (Andrade, 2019). Constituíram-se então diferentes vertentes de estudo ligadas a campos disciplinares ou tradições intelectuais, baseadas em Marx, Foucault, Bourdieu, entre outros. Callison e Manfredi (2020, p. 10), por exemplo, destacam três paradigmas teóricos centrados em “heurísticas conceituais”<sup>3</sup>: marxistas, foucaultianos e abordagens antropológicas. Ainda que se fundamentem em premissas diferentes e tenham concepções diversas sobre a constituição do neoliberalismo, essas vertentes não são inteiramente exclusivas e

---

<sup>3</sup> Todas as citações de textos em inglês foram traduzidas pelo autor.

podem se complementar pela exposição de diferentes perspectivas – até mesmo sobre os mesmos objetos ou contextos.

Sem a pretensão de esgotar a literatura, nesta seção me direciono sinteticamente a um conjunto de autores que não se encaixa perfeitamente nos campos ou categorias elencados acima. Suas obras se dedicaram a compreender o neoliberalismo em seus próprios termos, ou seja, fundando seus estudos em uma consideração mais aprofundada do que os intelectuais neoliberais publicaram, suas relações e formas de atuação no debate público. Ao tomar o neoliberalismo como um coletivo de pensamento [*thought collective*], um movimento político-intelectual transnacional de longa atividade, entende-se por um lado seus conflitos e heterogeneidade interna; por outro, como suas ideias e proposições passaram paulatinamente a constituir um senso comum difundido nas sociedades contemporâneas (Plehwe, 2009; Mirowski, 2009). Destaca-se para os objetivos deste trabalho, enfim, a fecundidade dessas abordagens ao ampliar a interpretação do neoliberalismo para além da dimensão econômica – e mesmo ao fazer esclarecimentos devidos nesse âmbito.

Um ponto de partida oportuno nessa discussão é resgatar as raízes do movimento neoliberal. Este começa a tomar forma no período entre-guerras, nos anos 1930, como tentativa de resposta a uma série de acontecimentos que alguns intelectuais percebiam como ameaçadores. A tragédia e a brutalidade da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sinalizaram pela primeira vez os limites do liberalismo – mais especificamente em seu ideal de que a promoção do comércio colocaria fim aos conflitos humanos. Além disso, a guerra abriu espaço para uma maior participação e orientação estatal das economias nacionais. Após a grande depressão de 1929, com a implementação do *New Deal* por Franklin D. Roosevelt nos EUA e a ascensão do keynesianismo em dimensão internacional, a doutrina do *laissez-faire*<sup>4</sup> caiu em descrédito. Por último, o sucesso da Revolução Bolchevique e o surgimento do Nazi-Fascismo indicavam o fortalecimento de modelos anti-liberais que adotavam premissas coletivistas amplamente rechaçadas por aqueles intelectuais (Biebricher, 2018, p. 13-18).

Daí se entende a iniciativa de um conjunto de pessoas dispostas não apenas a contrapor o planejamento econômico e o coletivismo, mas também oferecer uma saída ao liberalismo clássico, insuficiente e questionado de maneira ampla. Em agosto de 1938 ocorre na França um dos marcos na organização do movimento, o Colóquio Walter Lippmann, onde um conjunto de mais de vinte intelectuais se colocou a discutir a obra *The Good Society* do autor que dava nome ao evento. Nela, Lippmann buscava afirmar a ideia da superioridade da economia de mercado frente à intervenção estatal e ao planejamento (Plehwe, 2009). Mas a reunião serviu também para discutir um projeto de revitalização do liberalismo, visto como ultrapassado em suas proposições de *laissez-faire* e mercados autorregulados. Se é difícil encontrar, nessa ou em qualquer outra época, um acordo e definição consensual do neoliberalismo por seus próprios proponentes, um denominador comum se destaca desde então: a necessidade de pensar as pré-condições políticas e sociais para o funcionamento

---

<sup>4</sup> “Uma abreviação da expressão francesa *laissez-faire, laissez aller, laissez passer* (deixe fazer, deixe ir, deixe passar), o termo ‘laissez-faire’ tornou-se uma forma abreviada amplamente utilizada para a não-intervenção pelo governo em assuntos econômicos...” (Stearns, 2008, n. p.).

adequado dos mercados (Biebricher, 2018). Frente a essa questão, diferentes autores conceberam perspectivas e propostas relacionadas ao Estado, à democracia, e à política em particular – com divergências, por exemplo, a respeito da maneira como o Estado deve intervir na política e na economia, e o grau dessa intervenção.

O desenvolvimento de uma nova vertente liberal, em iniciativas como o Colóquio e a atividade de intelectuais como Walter Eucken, Alexander Rustow e Wilhelm Ropke na Alemanha, foi temporariamente interrompido pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Terminado o conflito, seus proponentes voltaram a se reunir de forma mais organizada e duradoura com a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin (SMP) em 1947. A partir de então fica mais clara a conformação de um projeto político-intelectual de caráter transnacional, multidisciplinar e transversal a um conjunto de atividades profissionais – intelectuais, burocratas, jornalistas, integrantes de *think tanks*, entre outros (Plehwe, 2009). A análise das atividades desse coletivo indica que desde o princípio o neoliberalismo jamais se constituiu como um pensamento único associado ao campo da economia. Sua militância sempre esteve associada ao debate e choque de ideias de bases teóricas distintas e respondiam aos acontecimentos e desafios do pós-guerra, especialmente o estabelecimento das políticas de viés keynesiano, social democrata, e o projeto coletivo socialista encarnado pela União Soviética. Em suma, apesar das diferenças existentes, todos entendiam que o projeto de sociedade de mercado competitivo não ocorreria espontaneamente: era necessário convencer as pessoas e formar quadros intelectuais e de opinião (Mirowski, 2009).

223

Feita esta brevíssima síntese das origens do neoliberalismo, pode-se questionar: dadas as raras ocasiões de acordo em torno de ideias e diretrizes e da escassa utilização do rótulo por seus proponentes, o conceito pode ser tomado como mais do que um termo pejorativo? Por um lado, Andrade (2019), ao abrir amplo diálogo com a literatura sobre a pertinência do conceito, destaca seu potencial para interpretações da sociedade contemporânea e o papel que possui para informar as lutas e formas de resistência social. Por outro lado, Biebricher (2018), da mesma forma, levanta o argumento de que não se pode ter a pretensão de obter uma definição clara e unânime de nenhum conceito nas ciências humanas. É necessário ter em mente os limites e dificuldades de sua utilização, mas também reconhecer que se trata de uma deriva do pensamento liberal – como ocorreu com o “novo liberalismo” de teóricos como John Dewey e T. H. Green. As controvérsias acadêmicas, além disso, não impediram que instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Instituto Adam Smith (*think tank* britânico) utilizassem o termo recentemente ou para se referir a um conjunto de políticas ou para se afirmar enquanto coletivo, respectivamente (Slobodian; Plehwe, 2020a).

Indo mais longe, não é impossível identificar um conjunto de ideias básicas e comuns na produção dos autores neoliberais como um todo. Mirowski (2009, p. 434-440) fez uma tentativa ao elencar um conjunto de onze afirmações elementares, com base nos trabalhos reunidos naquela

coletânea em que escrevia e nas referências bibliográficas nela utilizadas. Algumas delas se alinham com o argumento em construção neste ensaio, em especial a primeira<sup>5</sup>:

[1] O ponto de partida do neoliberalismo é a admissão, contrária à doutrina liberal clássica, que *sua visão da boa sociedade irá triunfar apenas se ela tornar-se reconciliada com o fato de que as condições para sua existência devem ser **construídas*** e não ocorrerão “naturalmente” na ausência de esforço político concertado e organização (Mirowski, 2009, p. 434, grifos no original).

E qual seria a *boa sociedade* que os neoliberais vislumbravam alcançar, a despeito dos limites de sua atuação? Uma sociedade de mercado e competitiva, ainda que não se considerasse o mercado “como existindo independentemente da estrutura social e cultural” [3] (Mirowski, 2009, p. 435). Afinal, como afirmou Biebricher (2018, p. 8), “a teoria neoliberal é profundamente interessada no vínculo entre política, sociedade e economia”. Nessa sociedade, as desigualdades de recursos econômicos e direitos políticos não seriam vistas como efeitos colaterais negativos do desenvolvimento do capitalismo, mas como motores do sistema de mercado [8]. Por isso não se tratava de propor a destruição do Estado, ou torná-lo fraco, mas de regular as instituições de modo que deem guarida ao mercado – implicando também em esterilizar a democracia e minar o poder de intervenção da cidadania [4] (cf. Cahill *et al.*, 2018b, p. XXVIII). O pressuposto, percebe-se, é de que o mercado não pode nem deve tomar conta de si – princípio que, apesar de evidente na obra de um crítico do capitalismo como Karl Polanyi, não era estranho aos escritos de Friedrich Hayek (Slobodian, 2018, p. 6). Ainda nesse quadro, a liberdade, mesmo que ainda tomada como um valor fundamental, transforma-se em seu significado e se reduz a um sentido individualista e negativo (na acepção de Isaiah Berlin<sup>6</sup>), como ausência de impedimentos e não como ímpeto transformador [6]. Por fim, o neoliberalismo não dispensa de toda uma moralidade, mais visivelmente associada aos valores da sociedade ocidental, cristã, e da família tradicional [11].

Concluindo esta parte, trata-se evidentemente de uma tentativa imperfeita de extrair um nexo a partir dos escritos e da pesquisa sobre a história das ideias neoliberais. Ademais, se de fato existe um acordo sobre a necessidade de construir as bases para esse projeto, há divergências sobre o que deve ser implementado e como (Biebricher, 2018). Não se propõe aqui uma essencialização das ideias ou alguma espécie de determinismo, como se fosse possível ou recomendável compreender o neoliberalismo “realmente existente” apenas a partir das ideias de seus proponentes, ou que elas se realizam apenas na forma como propuseram<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Os números entre colchetes fazem referência à numeração das afirmativas no texto original (Mirowski, 2009, p. 434-440).

<sup>6</sup> Em sua clássica conferência *Dois conceitos de liberdade* [*Two concepts of liberty*], de 1958 (Berlin, 2002).

<sup>7</sup> Slobodian e Plehwe (2020b, p. 90) fazem uma observação válida nesse sentido: “Os acadêmicos têm acertadamente enfatizado a necessidade de distinguir entre o uso da categoria neoliberalismo como uma descrição de um período histórico ou variedade de capitalismo, por um lado, e um movimento intelectual e político organizado originado da Sociedade de Mont Pèlerin, por outro. Falhar em manter distintos os níveis de análise podem levar a confusão empírica, na melhor



A intenção, neste primeiro momento, foi destacar e esclarecer alguns pontos que nos permitem compreender melhor seus fundamentos e a razão do sucesso na difusão da racionalidade neoliberal. Afinal a SMP, apesar de ter encolhido nos últimos anos, figurou como um projeto político-intelectual dos mais importantes e atuantes na segunda metade do século XX, contribuindo para a difusão de ideias e formação de quadros atuantes em instituições de vários países (Plehwe, 2009).

### 3 Wolfgang Streeck: a crise do capitalismo democrático na era neoliberal

A crise financeira mundial de 2008, dada a sua magnitude e impacto, marcou de maneira persistente o século que se iniciou. Alguns dos principais elementos que levaram a ela não passaram despercebidos por estudiosos e estudiosas do capitalismo – como o avanço do setor financeiro na esteira da desregulamentação promovida nas economias anglo-saxãs, e seus inevitáveis efeitos no crescimento e na produção. Formou-se a partir de então toda uma literatura dedicada a analisar os precedentes, a crise em si, os possíveis desdobramentos nos anos posteriores e a própria caracterização da era neoliberal (cf. Crouch, 2011; Duménil; Davies, 2014; Kotz, 2015; Lévy, 2011; Tooze, 2018a).

Dentro dessa volumosa produção a obra do sociólogo alemão Wolfgang Streeck se destaca como uma das tentativas mais ambiciosas de interpretação do período histórico recente. Ainda que seu objetivo tenha sido considerar a crise mais recente em uma perspectiva de longa duração, fundada na economia política (Streeck, 2017 [2014]), seus escritos não deixam de apresentar um ponto de vista sobre o neoliberalismo como variedade de capitalismo e seus efeitos mais amplos na vida social e política. Por esse motivo considero relevante resgatar alguns dos principais achados interpretativos do sociólogo e avaliá-los criticamente à luz da produção sobre o neoliberalismo tal como abordada na seção anterior. Com isso espero oferecer contribuições para uma leitura mais qualificada dos acontecimentos e da atual conjuntura.

Em *Buying time* Streeck (2017) dá conta de uma sequência de crises que expressaria a complexificação do conflito entre capitalismo e democracia desde os anos 1970. Trata-se de uma abordagem histórica que parte do princípio de que não é possível compreender a organização das sociedades contemporâneas, em especial aquelas do Norte global às quais se refere, sem o respaldo de uma teoria do capitalismo. Essa chave analítica lhe permite partir da teoria crítica, aproveitando-se das contribuições da Escola de Frankfurt, mas alcançar um novo caminho interpretativo até a atualidade. Se aqueles autores<sup>8</sup> da passagem dos anos 1960 para os 1970 se preocupavam com uma provável crise de legitimidade do capitalismo como sistema social, dada a impossibilidade de atender as demandas cada vez maiores da população em geral, o que ocorreu após a desaceleração das taxas de crescimento não foi uma revolta das massas, mas dos capitalistas. A capacidade de organização enquanto ator

---

hipótese, e pensamento conspiratório, na pior”. Um ponto de vista alternativo, com o qual me associo, se encontra em Dardot *et al.* (2021), como apresentarei na terceira seção.

<sup>8</sup> Streeck se referia, em particular, a Jürgen Habermas (*Legitimation Crisis*, de 1975) e Claus Offe (*Structural problems of the capitalist state*, de 1974). Em português, cf. Habermas (1980) e Offe (1984).

político destes últimos representou a quebra definitiva do pacto do pós-guerra – ou seja, do arranjo entre capital e trabalho – que propiciou os trinta anos gloriosos (1945-75). A partir de então o Estado teria que lidar, simultaneamente, com as pressões populares por emprego e condições de vida melhores e com a resistência do capital de investir em situações adversas e de arcar com o peso dos impostos. As crises posteriores refletiriam a escalada do conflito entre mercados e eleitorados.

Perdidas as condições de manutenção do pleno emprego e de aumentos salariais em um contexto de baixo crescimento, e na iminência de acirramento das lutas sociais, seguiram-se *quatro tentativas* de “comprar tempo” pela injeção de recursos ditos fictícios no conflito redistributivo (Streeck, 2017). A primeira delas se deu pela adoção de uma *política monetária* que acomodasse as demandas trabalhistas, contando com crescimento e recursos futuros, mas que teve o efeito de elevar as taxas de inflação. Esse resultado, ao interferir no sistema de preços, levou a uma reação do capital na forma do que Michal Kalecki (1943) já havia identificado anteriormente como “greve de investimentos” – e suas razões disciplinares de fundo. Em um cenário de menor capitalização e de estabilização monetária por parte dos governos, cresceu o desemprego. Temos então um segundo momento em que o Estado é obrigado a aumentar seu dispêndio em um cenário de crescente demanda por assistência social e serviços públicos. A *dívida pública* passa a aumentar significativamente nos anos 1980 e novamente a pressão ocorre, por parte dos mercados, pela “responsabilidade fiscal”. Ao adotar a austeridade posteriormente, só restou a possibilidade de atender as demandas da população por um terceiro mecanismo, o barateamento do crédito privado, que ocorreu pela desregulamentação do setor financeiro. A crise global de 2008, como se sabe, resultou da dinâmica entre *endividamento privado* e irresponsabilidade dos atores do mercado. Finalmente, para salvar as economias do então colapso foi necessário aos Estados apelarem ao *endividamento soberano* via bancos centrais.

Essa apertada síntese nos oferece elementos para compreender o que Streeck (2017) define como a passagem do Estado fiscal para o Estado endividado, e deste último para o Estado de consolidação – cada uma com efeitos diretos sobre a precarização da política democrática. Se a princípio temos uma conformação classificada na sociologia fiscal de Joseph Schumpeter (1991 [1918]) como Estado fiscal, dependente da arrecadação de tributos para financiamento, com o tempo este tende a sofrer pressões para diminuição de impostos sobre as atividades produtivas e financeiras, enquanto os gastos sociais se mantêm elevados. A crise fiscal não se deu então, como previa O’Connor (1977), pela pressão popular por mais serviços públicos e participação do Estado, mas pela necessidade de custear os efeitos colaterais e crises do capital ao mesmo tempo que se renunciava à receita em nome da “competitividade”. Entrou na equação um fator ausente nas teorias anteriores, o endividamento do Estado, ao mesmo tempo em que serviços públicos foram cada vez mais privatizados como modo de cortar gastos. Assim, o Estado de consolidação se constitui mais recentemente quando a prioridade política passa a ser a consecução de superávits fiscais por meio de medidas de austeridade. Dois elementos são centrais para Streeck em relação a essas mudanças: a paulatina preponderância da justiça de mercado sobre a justiça social e a elevação do conflito redistributivo para arenas superiores e alheias à política nacional. Percebendo que suas vontades já não se fazem presentes nos planos dos governos,



a cidadania resta resignada em um quadro pós-democrático (cf. Crouch, 2004), alienando-se da política formal.

Assim delineada a ideia geral da obra, podemos nos perguntar o que é possível compreender como neoliberalismo a partir da obra de Streeck e seus efeitos mais gerais. Aqui pode-se dizer que a principal referência para a análise é o livro *A grande transformação* de Karl Polanyi (2012 [1944]). Desde o princípio o sociólogo alemão visa dar conta da contradição inerente à forma do capitalismo democrático que se expressa no conflito entre dois princípios de alocação de recursos, produtividade e direitos – as noções de justiça de mercado e justiça social se baseiam neles (cf. Streeck, 2017 [capítulo 2]). Os acontecimentos concretos narrados no livro, como os detalhes da constituição da União Europeia, são entendidos a partir da oposição polanyiana entre sociedade e mercado, em um cenário em que o segundo tende a prevalecer pela ação deliberada dos governos. Ainda que se reconheça que a utopia neoliberal se realiza pela intervenção política, Streeck propõe dessa maneira que o horizonte é a liberação total do mercado às suas próprias vontades. Esse processo, enfim, teve a consequência de minar o poder de influência da cidadania nos assuntos públicos pelas concomitantes desdemocratização da política e despolitização da economia. Referente à primeira, a política torna-se cada vez mais tutelada pelos agentes do mercado e instituições transnacionais; quanto à segunda, a economia passa a ser considerada um assunto técnico, reservado a atores estatais alheios aos mecanismos de *accountability*.

227

Diante desse quadro trágico retratado por Streeck para o futuro, com a possível preponderância do capital e esvaziamento completo da democracia, as saídas oferecidas pelo autor são contraditórias. No último capítulo de *Buying time* ele não vislumbra mais possibilidades de “comprar tempo”, tendo sido a atuação dos bancos centrais na crise de 2008 uma medida de curto alcance. Envolto em duas crises que se autorreforçam na ausência de crescimento econômico, a da crise da dívida e de legitimidade frente ao eleitorado, o Estado estaria à beira de um desfecho – capitalismo sem democracia. Na perspectiva de Streeck, retardar o fechamento do horizonte democrático em uma ditadura social hayekiana demandaria resgatar a soberania dos Estados nacionais em matéria de política econômica e um esforço concertado entre os países na implementação de políticas sociais e trabalhistas deixadas de lado nos últimos anos. Enfim, chama atenção aqui seu chamado à resistência social nas ruas e o apelo à violência como mecanismo de intimidação das elites políticas e econômicas (Streeck, 2017). Já em obra posterior, *How will capitalism end?*, o sociólogo trata mais demoradamente sobre alguns aspectos culturais e ideológicos que caracterizam a era neoliberal para além da economia – tolerância com as desigualdades, corrupção oligárquica endêmica e um modo de vida focado no individualismo, com a consequente precarização dos vínculos societários. O capitalismo, como conformação social contraditória desde a sua origem, é inerentemente instável; e no cenário atual se inviabilizou por seu próprio desenvolvimento desenfreado. Para Streeck (2016) nos encontramos então em um *interregno* em que o capitalismo já morreu, mas segue vivo pela ausência de um novo sistema que o substitua.

A interpretação streekiana das crises do capitalismo democrático na era neoliberal, evidentemente, possui méritos e limites. Aproveitando parcialmente a intuição de Tooze (2018b, p.

135) sobre a necessidade de tratar sobre os “processos de acumulação, produção e distribuição” concretos do mercado, mais do que as contendas intelectuais, a economia política de Streeck nos esclarece pontos importantes para a construção de uma agenda e retomada do controle sobre as políticas públicas, principalmente aquelas de proteção social. A riqueza de detalhes sobre a constituição da União Europeia e seus mecanismos de controle das economias nacionais deve ser levada a sério em um projeto político alternativo. Serve ainda como exemplo para outros países às voltas com instituições financeiras transnacionais – consideradas as devidas distinções, dado seu enfoque eurocentrado. Por outro lado, dada a ênfase majoritária ao aspecto econômico, pode-se perder de vista outras maneiras pelas quais o neoliberalismo se difunde e se legitima socialmente – aspecto parcialmente considerado em Streeck (2016).

Ainda, como observa Roos (2019a), tem-se uma limitada abordagem do aspecto da luta de classes em sua obra, que pode ser associada também à ausência de movimentos sociais e da oposição nos acontecimentos narrados. Talvez derive daí a falta de um chamado à organização política da esquerda contra o projeto neoliberal e se advogue, como mencionado antes, pela utilização da violência contra as elites políticas. Quanto ao tema, em suma, na obra de Streeck só se vislumbra retornos, seja ao keynesianismo, ao modelo de Bretton Woods ou ao Estado nacional e social-democrata de outrora. Por último, outro elemento passível de crítica em seus escritos é a noção de povo do mercado [*marktvolk*] em problemática equivalência ao povo do Estado [*staatsvolk*]. Streeck utiliza esses termos para dar conta das situações em que governos devem anuência não apenas à cidadania que o elegeu, mas também às elites econômicas internacionalizadas. Mesmo em uma abordagem esquemática, é de se pensar que não existe uma divisão dicotômica exata: os componentes de cada grupo se confundem, afinal existem beneficiários internos aos países que não apenas os muito ricos, mas também de classe média. Daí resultam limites analíticos concretos, como bem notou Tooze (2017).

228

#### **4 Para além da economia neoliberal**

É certo que Streeck não se propôs a discutir o neoliberalismo de maneira ampla e que seu objetivo era distinto, como apresentei até aqui. No entanto, uma pessoa que tenha contato com sua obra teria uma perspectiva limitada sobre as ameaças mais amplas do projeto neoliberal quando este incide em outros âmbitos das sociedades contemporâneas. Recentemente, Wendy Brown (2019) reconheceu a necessidade de revisar sua obra anterior (Brown, 2015), demasiadamente focada na economização de todas as esferas da vida e da subjetividade dos sujeitos. Era necessário, segundo ela, considerar outra faceta do neoliberalismo: a sua moralidade, ainda que não desvinculada de uma certa noção de sociedade de mercado. Outra autora que buscou problematizar o foco estritamente econômico das abordagens do neoliberalismo foi Jessica Whyte (2019), ao tratar sobre a apropriação e ressignificação dos direitos humanos concebidos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) pela intelectualidade neoliberal. Ambas reforçam a fecundidade da literatura sobre o coletivo

de pensamento dos neoliberais, já que buscam partir dessa produção e de uma avaliação mais detida sobre as ideias de seus proponentes.

Nesta seção irei explorar resumidamente pontos relevantes de alguns trabalhos recentes, entre eles de Brown e de Whyte, que indicam a pertinência de avaliar a difusão do neoliberalismo socialmente para além da esfera econômica. Entendo que elas contribuem de maneira relevante para uma análise da conjuntura política atual em seu aspecto ideológico, não se restringindo a uma suposta polêmica encerrada na história das ideias. Como irei expor a seguir, a recente publicação da obra de Dardot *et al.* (2021), ainda que crítica de alguns aspectos da interpretação de Brown sobre o neoliberalismo, reforça o ponto de que é preciso considerar o caráter inerentemente conflituoso do projeto político neoliberal e a sua organização política. Contudo, antes de entrar nesse debate, chamo atenção para uma obra anterior (Hay, 2007), útil para o meu propósito crítico neste ensaio e para introduzir as autoras e autores mencionados anteriormente, porque explora de maneira hábil o poder das ideias neoliberais e sua difusão nos meios acadêmicos e na sociedade. Em poucas palavras, seu argumento é que para além da questão de classe e interesses correlatos à sua realização concreta, o neoliberalismo conduz à formação de um certo senso comum que despreza o aspecto político da tomada de decisões em prol de medidas alegadamente técnicas.

Em *Why we hate politics* Colin Hay (2007) busca compreender o recente processo de descrédito da política como meio de dispor de bens públicos e conduzir a uma comunidade melhor. Como o próprio autor reconhece, a política como uma atividade realizada por manipuladores, aproveitadores e corruptos é antiga na história das ideias políticas. Contudo, sempre existiu espaço para visões benéficas da política e seu potencial transformador, como se percebe nos períodos revolucionários e nas lutas por direitos civis e políticos. O que distingue a era atual é uma ideia difusa de que a política é ineficiente e suja, que partidos e políticos são autointeressados e que talvez não seja má ideia transferir suas responsabilidades para a iniciativa privada – o que tem efeitos mensuráveis sobre a participação política (Hay, 2007 [capítulo 1]). Enquanto diversos autores e autoras<sup>9</sup> buscaram a razão do desengajamento político popular no âmbito da demanda (mudanças de opinião, fatores culturais e demográficos do eleitorado), Hay propôs mudar o foco para a oferta (as consequências da internalização dos pressupostos da teoria da escolha pública na atuação da classe política). Tomar essa direção permite não apenas abandonar a culpabilização da cidadania pela baixa participação e envolvimento político, mas também compreender, em paralelo com outros acontecimentos socioeconômicos, como a política formal tornou-se algo parecido com o que Anthony Downs (1999 [1957]) entendia em seu modelo formal como democracia – uma competição baseada em técnicas de marketing entre equipes que pouco se diferenciam, que buscam prestígio e poder, e que dão pouco valor à coisa pública em si.

---

<sup>9</sup> Resumidamente, Hay (2007, p. 40-3) se dirige em particular a três explicações para o desengajamento político: a tese do “capital social”, formulada por Robert Putnam (enfraquecimento dos laços sociais); a tese dos “cidadãos críticos”, de Pipa Norris (eleitorado menos anuente e mais questionador); e a tese “demográfica” de Mark Franklin (inclusão eleitoral da juventude, menos propensa a participar da política formal).

Mas o aspecto mais relevante para o meu atual propósito está na identificação da afinidade entre a teoria da escolha pública, que encontra seus fundamentos na escolha racional, e o neoliberalismo – e as consequências desse nexos. Sabemos que a teoria da racionalidade compõe o *mainstream* da Ciência Política e que ela se baseia em uma certa apreensão da natureza humana e do comportamento (calculador) dos indivíduos. Toda uma literatura foi erigida, com base nesses pressupostos, argumentando em linhas gerais sobre a irracionalidade da política partidária, da possibilidade de sequestro dos fundos públicos por grupos de interesse, a imperfeição do Estado e a necessidade de racionalizar a administração pública pela atuação de corpos técnicos que conduzam a medidas “mais razoáveis”. Segundo Hay (2007) o estabelecimento dessa visão da política teve um duplo efeito: tanto deslegitimou a democracia e a deliberação sobre os temas da sociedade quanto apontou como solução a retirada das políticas do debate público – por diferentes formas de despolitização. Daí se entende como a política fiscal (tributação e orçamento), para citar um exemplo, deixa de figurar nas discussões políticas, ou comparece de maneira assaz superficial e inofensiva aos interesses das elites econômicas<sup>10</sup>; a escolha eleitoral se reduz na maior parte do tempo a um concurso de imagem pública, credibilidade dos candidatos e temas laterais<sup>11</sup>. A partir daí a demonização da política e enaltecimento do mercado promovidos pela teoria da escolha pública se difunde não apenas entre as elites políticas, mas entre o público em geral, somando-se aos discursos de que devido aos “imperativos da economia global” não é possível fazer muita coisa em termos de políticas.

230

Vários desses elementos do processo de despolitização foram identificados nos escritos de Streeck, entre outros, como Crouch (2004). Mas a obra de Hay (2007) chama atenção para alguns pressupostos que acabam por se fixar no discurso acadêmico e público, mesmo o mais combativo, progressista e crítico deles, e que apontam para a impossibilidade de tomar medidas concretas, de interferir e decidir politicamente. Veja-se, por exemplo, a crítica de Roos (2019a, n. p., acréscimo meu) à adoção da premissa mandevilliana dos “vícios privados, benefícios públicos” na obra mais recente de Streeck (2016), que além de trazer desafios analíticos à interpretação do autor, representa uma naturalização da mística “neoclássica da acumulação do capital como uma ‘alta maré que levanta todos os barcos’ [igualmente]”. Ainda com base em Roos (2019a, n. p.), é possível questionar “a validade histórica da afirmação de que o Estado endividado se constitui como um *novo* tipo de formação política”. Como demonstrou anteriormente, em uma obra dedicada à história do endividamento soberano (Roos, 2019b), a novidade atual não é o volume das dívidas, mas o fato de que os Estados

---

<sup>10</sup> Ainda que Hay (2007) estivesse se referindo ao contexto europeu da época em que escrevia, no Brasil um exemplo marcante disso, entre vários possíveis, observa-se na campanha “Não vou pagar o pato”, iniciada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em 2015. Esta, de maneira superficial e errônea, busca passar a ideia de que todas as pessoas no país pagam igualmente muitos impostos (enquanto “sociedade”), quando há evidências concretas (vide as publicações do IPEA) de que quanto maior a renda da pessoa contribuinte menos impostos ela paga proporcionalmente ao que ganha – dada a regressividade da estrutura tributária. Sobre a campanha, conferir Fiesp. Não vou pagar o pato. s. d. Disponível em: <<http://www.naovoupagaropato.com.br>>. Acesso em: 7 jan. 2024. Para uma crítica pertinente, e que complementa o argumento apresentado nesta nota, vide Arretche (2020).

<sup>11</sup> Em artigo anterior tratei mais a fundo sobre esse tema, em suma, como a representação política tende a se configurar em contextos de neoliberalismo e austeridade (Benedito, 2019).

difícilmente deixam de cumprir com as suas obrigações – talvez pelo discurso de que não há alternativa, frente ao recente crescimento do poder dos credores. Em suma, se a visão da economia que informa nossos julgamentos deriva da teoria convencional, de fundo neoclássico, talvez seja mais fácil enxergar o fim de uma época, o fim do capitalismo, e se abster de propor um projeto político de mais amplo apelo, já que tudo está perdido – como fez Streeck.

Esse quadro de depreciação da política e do social se complexifica quando consideramos mais a fundo o projeto político-intelectual dos neoliberais. Em sua obra mais recente, Brown (2019) se coloca a analisar os efeitos mais amplos da demonização do social e do político na governamentalidade neoliberal, casada com a valorização de uma moralidade tradicional. Se a democracia depende de uma certa igualdade de condições e algum vínculo social entre as pessoas, para que de fato se exerça a cidadania, o neoliberalismo conduz o ataque ao social/comum e enaltece a desigualdade<sup>12</sup> – inclusive aquelas históricas e duradouras, quanto ao papel do negro, da mulher ou de pessoas imigrantes na sociedade. Em outro plano, orienta-se ainda contra qualquer concepção mais densa do político que a democracia implica – conduzindo a formas desdemocratizantes da política. Afinal, como afirmou Biebricher (2018), o neoliberalismo sempre conteve uma dimensão autoritária fundada na concepção de que a democracia é detrimental ao mercado. Mas não apenas isso: a política, tomada como ato soberano, interventor e por vezes “irracional” (se contrário à sua doutrina), inflama os ânimos e impede a paz social. Daí o evidente paradoxo identificado por Brown (2019): apesar do projeto neoliberal estar em pleno curso e ter emplacado vários de seus preceitos na prática política, não é como se os seus partidários tivessem vencido completamente. Vivemos uma época de precariedade, niilismo e ressentimento que dificulta alcançar a almejada estabilidade – mesmo com os instrumentos de repressão a postos.

Mas há quem não concorde com a conclusão de que o quadro atual de instabilidade, desalento, e repressão violenta – na ocasião de alguma resistência popular – é um desvio em relação ao que foi formulado pela intelectualidade neoliberal desde o seu princípio. Nesse sentido, Dardot *et al.* (2021, p. 23) argumentam que “o neoliberalismo procede, desde as origens, de uma escolha fundadora: a escolha pela guerra civil”. De maneira análoga ao que foi apresentado na primeira seção, os autores destacam como o neoliberalismo se originou como vertente intelectual-ideológica em explícita oposição a linhagens políticas de viés coletivista e intervencionista – socialismo e social-democracia. Considerando que os neoliberais, marcadamente na SMP, argumentavam que seu projeto de sociedade não viria a se concretizar sem uma atuação ativa em vários espaços sociais, a guerra civil teria que ser “total”, ou seja, travada nos âmbitos político, jurídico, cultural, social, e também moral.

---

<sup>12</sup> De maneira análoga Céli Regina Pinto (2022) avalia a incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia. Em sua análise, a desigualdade econômica produzida pelo regime capitalista em sua fase neoliberal impacta a (expectativa de) plena igualdade política, minando a política democrática. Ao tratar sobre o Brasil, especificamente, percebe o desmonte da democracia em curso desde 2014, que teve como consequência a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 – político de extrema-direita, então do PSL, e hoje do PL. Revela-se assim a precária confiança popular nas instituições para resolver os problemas políticos nacionais.

Em suma, “o que está em jogo com a ordem do mercado, muito mais que uma escolha de política econômica, é uma civilização inteira, que repousaria principalmente sobre a liberdade e a responsabilidade individuais do cidadão-consumidor” (Dardot *et al.*, 2021, p. 36). Se em obra anterior de dois dos atuais autores (Dardot; Laval, 2016 [2009]) a preocupação estava principalmente na infiltração da lógica do mercado em todas as esferas da vida, o mérito dessa publicação mais recente está na avaliação mais detida de como o neoliberalismo se impõe pela associação a valores e ideais conservadores – nem de longe incompatíveis com sua matriz intelectual. No momento em que o Estado passa a se retirar, estruturas societárias são instadas a arcar e prover os cuidados necessários para a reprodução das pessoas – e daí a preocupação dos neoliberais com a família, como identifica pertinentemente Cooper (2017). Nesse processo são reforçadas as desigualdades históricas de gênero e raça, e a ideia de meritocracia se serve a legitimar a riqueza de poucas e a miséria de muitas outras pessoas, naturalizando-as. Nesse cenário, como expõem Dardot *et al.* (2021 [capítulo 8]), a guerra de valores – chamada “guerras culturais” na literatura norte-americana – oculta o conflito primordial, aquele de classes, em um cenário de grande precariedade social.

Cabem aqui algumas palavras adicionais sobre o sequestro da ideia de meritocracia pelo neoliberalismo e as mencionadas desigualdades históricas. Pode-se afirmar que a ascensão social por meio do mérito, em contraposição aos princípios aristocráticos do nascimento e da família patriarcal, foi por algum tempo na história uma aspiração progressista. Afinal, a ideia era que todas as pessoas devem trabalhar por aquilo que conquistam e devem ser reconhecidas socialmente não por títulos nobiliários, mas pelo seu esforço e contribuição à sociedade. Por sua habilidade e talento individual cada pessoa teria capacidade de alcançar melhores condições de vida, compatíveis com o seu empenho (Markovits, 2019). O que hoje resta claro, no entanto, é que a própria meritocracia produz desigualdades: aquelas pessoas já com algum grau de privilégio, que alçaram as mais altas posições sociais, transmitem para a sua prole vantagens materiais e imateriais que garantem sua estabilidade socioeconômica<sup>13</sup> (Carnavale; Schmidt; Strohl, 2020; Heyes, 2012). Ao apontar para exemplos isolados de sucesso para convencer que é possível ascender socialmente, e ao justificar as desigualdades sociais pela suposta incapacidade ou desqualificação das pessoas, os neoliberais estimulam e justificam a manutenção do atual arranjo societário. E isso não sem efeitos, dado o enorme ressentimento das classes médias que perdem cada vez mais suas condições propícias de vida, direcionando esse afeto para o apoio a candidatos de extrema-direita (Sandel, 2020).

O que se perde de vista com o reforço dessa ideia excludente de meritocracia é que a disputa por posições e recursos sociais não se dá em um cenário de igualdade de condições, pelo contrário, ocorre em um contexto de desigualdades históricas de gênero e de raça. O que a literatura mais recente visa tornar claro é que o *status* subalterno de mulheres, negros, indígenas e imigrantes nas sociedades ocidentais não é um mero efeito das políticas neoliberais implementadas (Adkins, 2018; Hohle, 2018;

---

<sup>13</sup> Matt O’Brien (2014) explicitou concretamente essa ideia de maneira bastante pertinente ao afirmar, com base em dados de uma pesquisa, que “crianças pobres que fazem tudo certo não se dão melhor do que crianças ricas que fazem tudo errado”.



Roberts, 2016). Em suma, a inclusão social diferenciada desses grupos se dá de uma maneira que converge com o modelo de sociedade que visam estabelecer. Segundo Lisa Adkins (2018, p. 478), as mulheres hoje não se espera (apenas) que tenham um papel social ligado ao cuidado, o suporte da reprodução social ou da manutenção da força de trabalho (masculina), mas que sejam também incluídas no mercado em uma posição subalterna, gerando riqueza por meio de seu trabalho por um baixo custo – já que frequentemente possuem menos direitos. Já Hohle (2018) e Roberts (2016), de diferentes pontos de partida, dão conta de como sociedades crescentemente neoliberais deixam para trás populações racializadas, historicamente desfavorecidas, por um lado reforçando a transferência de recursos e posições de poder para as elites brancas e, por outro, estigmatizando negros, indígenas e imigrantes enquanto grupos como incapazes, indolentes e até mesmo violentos, por natureza, justificando assim sua vigilância e repressão estatal. Daí se pode entender que o racismo estrutural (Almeida, 2019), também em suas implicações de gênero e de classe, não é acidental ao neoliberalismo, mas constitutivo dele<sup>14</sup>.

Enfim, da teoria neoliberal de Dardot e colaboradoras para a realidade das sociedades contemporâneas, o amplo ataque a qualquer noção de bem coletivo, deliberação pública e igualdade fez-se também em âmbitos aos quais se deu pouca atenção. Whyte (2019) dá conta da apropriação do ideal de direitos humanos pelos neoliberais, direcionado para o direito de propriedade e pressupostos individualistas. Uma ideia cara à autora, afim à discussão anterior, é a de que o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como uma doutrina econômica; a restrição da perspectiva a esse aspecto faz com que não se perceba a difusão da sua racionalidade por outros meios. No quadro de análise da concepção de direitos humanos dos intelectuais neoliberais é preciso compreender também que, do seu ponto de vista, um mercado competitivo que funcione requer uma fundação moral e legal adequada. Entendendo a moralidade como “sentimentos sobre a ação certa e errada [bem como as] regras informais de conduta que guiam a ação dos indivíduos”, seus princípios, que não são acessórios, contemplam o conservadorismo social, valores familiares, o cristianismo e a civilização ocidental (2019, n. p. [introdução]). Daí se entende o construtivismo neoliberal, sua proposta de que as condições para a sociedade de mercado deveriam ser fomentadas pela ação e não surgiriam espontaneamente. Apesar dos limites de atuação e influência da SMP, compreende-se a partir da obra que a ideia de direitos humanos e a atuação de ONGs em causas humanitárias contém um viés neoliberal que limita o potencial libertário defendido por outras tradições políticas – de viés liberal ou de esquerda.

De maneira sintética, e sem esgotar o potencial das obras aqui elencadas, meu objetivo nesta seção foi destacar o papel das ideias, da ideologia, e sua difusão na sociedade. Estou em acordo com Tooze (2018b) na afirmação de que não devemos nos fixar completamente em uma discussão abstrata das ideias e dos pressupostos neoliberais. É urgente incidir sobre problemas políticos práticos,

---

<sup>14</sup> Nesse sentido vale a pena considerar Achile Mbembe (2017) em sua análise de como a democracia, fundada em um histórico de violência direcionada aos povos subalternos, hoje resta em estado precário sob uma política de guerra e de inimizade – que vitima majoritariamente a população vulnerável, particularmente negra. Almeida (2021), com base na obra desse autor, também trata sobre o elo entre necropolítica e neoliberalismo.

compreendê-los, retomar o ímpeto de intervenção, postura oposta ao discurso de que não há alternativa – seja para manter tudo como está, seja para se eximir de qualquer proposição. No entanto, das pessoas que visam conceber um projeto progressista não se dispensa o conhecimento das ideias, dos meios pelos quais se constituiu e se estabelece a ideologia neoliberal. Os autores e autoras aqui abordados, frente à obra de Streeck, oferecem uma perspectiva mais ampla sobre o enraizamento do senso comum neoliberal. Este ideário deve ser combatido ao mesmo tempo que se defende uma visão substantiva da sociedade e de um bem comum – afinal, a igualdade é condição indispensável para a democracia, como bem observou Brown (2019).

## 5 Conclusão

Este trabalho teve como objetivo estabelecer um diálogo crítico entre a literatura sobre o neoliberalismo como projeto político-intelectual e a obra do sociólogo Wolfgang Streeck sobre a crise do capitalismo democrático na era neoliberal. Iniciei o texto com uma síntese a respeito das origens, dos pressupostos e algumas das proposições mais gerais dos neoliberais. Passei então a considerar a obra recente de Streeck sobre as crises confluentes do capitalismo e da democracia em seus méritos e limites. Por fim, ofereci uma perspectiva mais ampla do neoliberalismo, seu projeto político e sua difusão na sociedade para além da economia.

234

Uma fonte importante para o desenvolvimento desse texto, não apenas por sua apreensão dos acordos e das diferenças entre a intelectualidade neoliberal, mas também por defender o papel das ideias na consecução de políticas, foi a obra de Biebricher (2018). Ali o autor não apenas avalia a fundo as diferentes proposições teóricas do campo neoliberal como também busca analisar o fenômeno na prática da União Europeia. Caracteristicamente, e em oposição a Streeck (2017) que percebe uma “hayekização da UE”, Biebricher observa a “euckenização da UE”, dada a prevalência dos princípios ordoliberais na constituição de uma ordem competitiva entre os seus países. É no contexto de um forte senso comum como este que foram implementadas medidas drásticas de controle fiscal e austeridade – não observadas da mesma maneira nos EUA durante a crise de 2008.

Ainda que se possa corroborar com a interpretação de Dardot *et al.* (2021), da guerra civil neoliberal contra qualquer projeto político de inspiração igualitária e/ou progressista, não se pode negar que o atual cenário de constante conflito e instabilidade é detrimental para a estabilidade tão almejada pelos agentes e defensores do mercado. Nesse ponto me coloco em concordância com Brown (2019), ou seja, ainda que o neoliberalismo tenha conquistado significativo apoio em vários âmbitos do Estado este acontecimento não levou a um cenário idílico e de ausência de qualquer questionamento da ordem política e social. A oposição ganha volume e está longe de se restringir às margens – como se pode perceber recentemente pelas lutas sociais ocorridas no Chile (Tanscheit, 2021) e na Colômbia (Mosquera, 2022) nos últimos anos, por exemplo. Enquanto isso, resta aos partidários do neoliberalismo reforçarem sua oposição a qualquer projeto que vise superar o individualismo e a despolitização por eles defendidas.

Em suma, se não devemos nos perder em polêmicas intelectuais e em discussões intermináveis sobre princípios abstratos, visei propor aqui a necessidade de ter um conhecimento adequado do neoliberalismo se lhe quer fazer oposição de fato. Faz-se necessário compreender não apenas seus aspectos econômicos, mas também as razões da difusão de sua racionalidade mesmo entre aquelas pessoas que saem perdendo em um cenário de precarização de direitos sociais, mercado de trabalho e serviços públicos. Este parece, a meu ver, um passo indispensável para conceber um projeto político de resgate do ideal democrático, inclusivo e de amplo apelo – contra as desigualdades sociais de qualquer espécie que são, quando não enaltecidas, minimizadas pelos defensores da economia *mainstream*.

## 6 Referências

ADKINS, L. Neoliberalism's gender order. *In*: CAHILL, D.; COOPER, M.; KONINGS, M.; PRIMROSE, D. (Ed.). **The Sage Handbook of Neoliberalism**. Thousand Oaks: Sage, p. 469-482, 2018.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2019.

235

ALMEIDA, S. L. de. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-10, 2021.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr. 2019.

ARRETCHE, M. O que o pato da Fiesp tem a dizer sobre desigualdade. **Nexo Jornal**, 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/01/23/o-que-o-pato-da-fiesp-tem-a-dizer-sobre-desigualdade>>. Acesso em: 7 jan. 2024.

BENEDITO, S. M. Representação política em contextos de neoliberalismo e austeridade: possíveis contribuições analíticas a partir da sociologia fiscal. **Leviathan**, São Paulo, n. 17, p. 1-43, 2019.

BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. *In*: BERLIN, I. (Org.). **Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 226-272, 2002.

BIEBRICHER, T. **The political theory of neoliberalism**. Stanford: Stanford University Press, 2018.

BROWN, W. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

BROWN, W. **In the ruins of neoliberalism**: the rise of antidemocratic politics in the West. New York: Columbia University Press, 2019.

CAHILL, D.; COOPER, M.; KONINGS, M.; PRIMROSE, D. (Ed.). **The Sage Handbook of Neoliberalism**. Thousand Oaks: Sage, 2018a.

CAHILL, D.; COOPER, M.; KONINGS, M.; PRIMROSE, D. Introduction: approaches to neoliberalism. *In*: CAHILL, D.; COOPER, M.; KONINGS, M.; PRIMROSE, D. (Ed.). **The Sage Handbook of Neoliberalism**. Thousand Oaks: Sage, p. XXV-XXXIII, 2018b.

CALLISON, W.; MANFREDI, Z. Introduction: theorizing mutant neoliberalism. *In*: CALLISON, W.; MANFREDI, Z. (Ed.). **Mutant neoliberalism**: market rule and political rupture. New York: Fordham University Press, p. 1-37, 2020.

CARNAVALE, A.; SCHMIDT, P.; STROHL, J. **The merit myth**: How our colleges favor the rich and divide America. New York: New Press, 2020.

COOPER, M. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.

236

CROUCH, C. **Post-democracy**. Cambridge: Polity Press, 2004.

CROUCH, C. **The strange non-death of neoliberalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016 [2009].

DARDOT, P.; HAUD, G.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. **A escolha pela guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DAVIES, W. **The limits of neoliberalism**: authority, sovereignty and the logic of competition. Thousand Oaks: Sage, 2014.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EdUSP, 1999 [1957].

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital resurgent**: roots of the neoliberal revolution. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The crisis of neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAY, C. **Why we hate politics**. Cambridge: Polity Press, 2007.

HEYES, C. **Twilight of the elites: America after meritocracy**. New York: Crown Publishers, 2012.

HOHLE, R. **Racism in the neoliberal era: a meta history of elite white power**. New York: Routledge, 2018.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. **The Political Quarterly**, v. 14, n. 4, p. 322-331, 1943.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOTZ, D. M. **The rise and fall of neoliberal capitalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

MARKOVITS, D. **The meritocracy trap: how America's foundational myth feeds inequality, dismantles the middle class, and devours the elite**. New York: Penguin, 2019.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MIROWSKI, P. Postface: defining neoliberalism. In: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, p. 417-455, 2009.

MOSQUERA, C. C. A esquerda está finalmente em ascensão na Colômbia. **Jacobin Brasil**, 23 mar. 2022. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2022/03/a-esquerda-esta-finalmente-em-ascensao-na-colombia>>. Acesso em: 7 jan. 2024.

O'BRIEN, M. Poor kids who do everything right don't do better than rich kids who do everything wrong. **The Washington Post**, Política Econômica, 18 out. 2014. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2014/10/18/poor-kids-who-do-everything-right-dont-do-better-than-rich-kids-who-do-everything-wrong/>>. Acesso em: 5 set. 2022.

O'CONNOR, J. **USA: A crise do Estado capitalista**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PINTO, C. R. J. Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal. **Journal of Democracy em Português**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 49-78, 2022.

PLEHWE, D. Introduction. In: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Ed.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, p. 1-42, 2009.

238

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2012 [1944].

ROBERTS, D. J. Race and neoliberalism. In: SPRINGER, S.; BIRCH, K.; MacCLEAVY, J. (Ed.). **The Routledge Handbook of Neoliberalism**. New York: Routledge, p. 209-216, 2016.

ROOS, J. From the demise of social democracy to the 'end of capitalism': the intellectual trajectory of Wolfgang Streeck. **Historical Materialism**, v. 27, n. 2, p. 248-288, 2019a.

ROOS, J. **Why not default?** The political economy of sovereign debt. Princeton: Princeton University Press, 2019b.

SANDEL, M. **The tyranny of merit: what's become of the common good?** New York: Penguin, 2020.

SCHUMPETER, J. A. The Crisis of the Tax State. In: SWEDBERG, R. (Ed.). **Joseph A. Schumpeter: The Economics and Sociology of Capitalism**. Princeton, NJ: Princeton University Press, p. 99-140, 1991 [1918].



SLOBODIAN, Q. **Globalists**: the end of empire and the birth of neoliberalism. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SLOBODIAN, Q.; PLEHWE, D. Introduction. *In*: PLEHWE, D.; SLOBODIAN, Q.; MIROWSKI, P. (Ed.). **Nine lives of neoliberalism**. London: Verso, p. 1-17, 2020a.

SLOBODIAN, Q.; PLEHWE, D. Neoliberals against Europe. *In*: CALLISON, W.; MANFREDI, Z. (Ed.). **Mutant neoliberalism**: market rule and political rupture. New York: Fordham University Press, p. 89-111, 2020b.

SPRINGER, S.; BIRCH, K.; MacCLEAVY, J. (Ed.). **The Routledge Handbook of Neoliberalism**. New York: Routledge, 2016.

STEARNS, P. N. Laissez-faire. **Oxford Reference**, 2008. Disponível em: <<https://www.oxfordreference.com/display/10.1093/acref/9780195176322.001.0001/acref-9780195176322-e-876>>. Acesso em: 7 jan. 2024.

STREECK, W. **Buying time**: the delayed crisis of democratic capitalism. 2. ed. London: Verso, 2017 [2014].

STREECK, W. **How will capitalism end?** Essays on a failing system. London: Verso, 2016.

TANSCHHEIT, T. S. T. Das ruas à constituinte: a reinvenção da ação coletiva no Chile. **Jacobin Brasil**, 15 jun. 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/06/das-ruas-a-constituente-a-reinvencao-da-acao-coletiva-no-chile>>. Acesso em: 7 jan. 2024.

TOOZE, A. A general logic of crisis. **London Review of Books**, v. 39, n. 1, n. p., jan. 2017.

TOOZE, A. **Crashed**: how a decade of financial crises changed the world. New York: Viking, 2018a.

TOOZE, A. Neoliberalism's world order. **Dissent**, v. 65, n. 3, p. 132-136, 2018b.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WHYTE, J. **The morals of the market**: human rights and the rise of neoliberalism. London: Verso, 2019.

## *Neoliberalism and crisis of democratic capitalism: from the economic approach to the foundations of society*

**ABSTRACT:** Recent works on the concept and the neoliberal political project have offered means to more accurate interpretations of the current social, economic and political conjuncture –translated into the crisis of democratic capitalism. This essay aims to explore some of the main arguments of authors such as Mirowski, Plehwe, Biebricher, and Slobodian to place them in dialogue with the recent works of sociologist Wolfgang Streeck. With this, I intend to demonstrate that understanding neoliberalism in its terms allows the overcoming of interpretations too focused on market extremism and the supposed institution of a minimal state. From its origins, the neoliberal project implied an appropriation and direction by the state towards a certain moral and social conception in which the market occupies a prominent place. Therefore, for those who aim to oppose neoliberalism, it is also necessary to build a political project that goes beyond the economic dimension and challenges their model of society.

**KEYWORDS:** Neoliberalism; Crisis of democracy; Political economy; Ideology.

## *Neoliberalismo y crisis del capitalismo democrático: del enfoque económico a las bases de la sociedad*

240

**RESUMEN** Trabajos recientes sobre el concepto y el proyecto político neoliberal han ofrecido medios para interpretaciones más certeras de la actual coyuntura – traducida en la crisis del capitalismo democrático. Este ensayo pretende explorar algunos de los principales argumentos de autores como Mirowski, Plehwe, Biebricher y Slobodian para ponerlos en diálogo con los trabajos recientes del sociólogo Wolfgang Streeck. Con esto pretendo demostrar que entender el neoliberalismo en sus términos permite superar interpretaciones demasiado centradas en el extremismo de mercado y la supuesta institución de un Estado mínimo. Desde sus orígenes, el proyecto neoliberal implicó una apropiación y dirección del Estado hacia una determinada concepción moral y social en la que el mercado ocupa un lugar destacado. Por lo tanto, para quienes pretenden oponerse al neoliberalismo, también es necesario construir un proyecto político que vaya más allá de la dimensión económica y desafíe su modelo de sociedad.

**PALABRAS CLAVE:** Neoliberalismo; Crisis de la democracia; Economía política; Ideología.